



Bisol vê dificuldade em encontrar provas contra governadores

## Provas não atingem governadores

Os parlamentares da CPI do Orçamento consideraram importantes os depoimentos dos governadores João Alves (PFL), de Sergipe, Edison Lobão (PFL), do Maranhão, e Joaquim Roriz (PP), do Distrito Federal, para desvendar o esquema de manipulação de verbas públicas no Orçamento. "Do ponto de vista investigatório, eles tinham que ser ouvidos", defendeu ontem o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio, para quem caberá ao Ministério Público tomar as medidas legais que julgar necessárias. Difícil, segundo os parlamentares, será provar que os governadores participavam do esquema, como denunciou o ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos. "É difícil dizer se eles eram condescendentes, coniventes ou cúmplices dessa roubalheira", aponta Bisol.

Segundo o senador, pode-se dizer, pelo menos, que esses governadores "poderiam ter exercido uma vigilância maior" sobre os recursos públicos. "Estamos convencidos de que as liberações serviam ao esquema de corrupção no Orçamento", afirma o coordenador da Subcomissão de Subvenções Sociais, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que participou do depoimento do Governador de Sergipe. "O que não temos condições de afirmar é se o Governador participava ou não desse esquema", completou. Em seu depoimento, o Governador defendeu-se afirmando que desconhecia a existência do esquema e que supunha cumprir a determinação do Congresso. Segundo ele, a lista dos beneficiados com recursos de subvenções vinha sempre acompanhada de um comprovante de que as verbas já estavam disponíveis na Secretaria do Tesouro. Caberia ao Ministro apenas homologar.

**Lobão** — O Governador maranhense foi mais taxativo. "Não há o que explicar. Não tenho que justificar coisa nenhuma", repetiu durante seu depoimento, insistindo que estava depondo voluntariamente e que só precisava dar explicações à Receita Federal. Os dois governadores admitiram ter visitado o deputado João Alves (BA), relator do Orçamento, para pedir recursos para seus estados. Ontem, o deputado confirmou os encontros. "Me

encontrei pelo menos uma vez com cada governador. Eles vieram me pedir que aprovasse pleito de seus estados", afirmou o deputado.

Em seu depoimento, o Governador de Sergipe explicou que atendia ao relator porque ele era o representante oficial da Comissão Mista de Orçamento junto ao ministério. Lobão confirmou que esteve na casa do deputado João Alves e que lá encontrou o assessor José Carlos. "Eu seria omissos se não procurasse recursos para meu estado", justificou Alves. "Se alguma coisa deu errado é porque o Congresso não escolheu adequadamente os membros da Comissão de Orçamento", tentou justificar o Governador de Sergipe.

**Alves** — O Governador de Sergipe liberou, como Ministro do Interior em 1989, o equivalente a US\$ 40 milhões em subvenções sociais, tendo como único critério a lista de entidades e prefeituras apresentada pelo deputado João Alves (BA), relator do Orçamento. O governador Edison Lobão, em seu depoimento, não conseguiu explicar seu patrimônio e sua movimentação bancária, considerados muito elevados pela CPI. Segundo o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), um dos que interrogaram Lobão, a movimentação bancária do governador, em 1989, de US\$ 600 mil, foi três vezes superior a média dos últimos cinco anos. Lobão explicou que isso poderia ser consequência da venda de ações, mas não foi preciso. Sobre o patrimônio do Governador, o deputado Pedro Pavão (PPR-SP), membro da Subcomissão de Patrimônio, foi definitivo. "A variação patrimonial do Governador não é condizente com sua renda". Em suas declarações, ele deixou de registrar, segundo levantamento realizado pela CPI, compra de ouro e bens do filho.

A CPI descobriu que metade dos recursos liberados pelo Governador de Segipe foi destinada ao Rio de Janeiro (quase US\$ 20 milhões), seguido da Bahia e São Paulo. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que acompanhou o depoimento, acredita que foi deste total destinado ao Rio que o deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) conseguiu desviar o equivalente a US\$ 15 milhões para entidades comandadas por familiares seus em Nova Iguaçu.